

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**ATA DA 108ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -**  
**COMDEMA**

Ao sexto dia do mês de maio de dois mil e vinte e um, por vídeo conferência (link: <https://meet.google.com/bzz-muez-stv>), com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 108ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, com as presenças virtuais dos seguinte conselheiros: Aparecido Tadeu Pavani, Victor Barbieri Ribeiro, Tayson A. de Oliveira, Leandro Torelli, Ricardo C. Coelho, Marcos R. de Freitas Vieira, Nair V. Antunes de Quadros, Telma A. Magro, Angela M. M. do Prado Brunelli; e dos convidados: Paula Santos, Arthur Ramos de Oliveira, Aline Souza, Paulo Henrique J. Barbosa, Bruna Sanches, Christiana Barbato, Rejane Barbato, Andréia Gusmão, Vanessa Rodrigues, todos representando a Vitta Bebedouro Ilhéus BBD Desenvolvimento Imobiliário - Residencial Ilhéus; Tatiana Vieira Galvão, representando a Comfrio Soluções Logísticas SA; Denise Zolla, Rafael Marini, representantes da Pieris Empreendimentos Imobiliários Ltda, estando todos os convidados por vídeo conferência; e justificativas de ausência de Márcio J. Martins e Willy C. da Costa. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 98ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam a ata da reunião anterior por e-mail, e se podia dispensar a leitura, tendo sido aprovada. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV Edifício Villago Pieris (protocolado em 30/03/21), EIV Comfrio (protocolado em 30/03/21), EIV Solfarma - matriz (protocolado em 15/04/21), EIV Solfarma - filial (protocolado em 27/04/21), EIV Vitta Loteamento - Residencial Ilhéus (protocolado em 28/04/21), EIV Edifício Pitelli & Pitelli (protocolado em 04/05/21), e outros assuntos. A seguir passou a ser discutido o Estudo de Impacto de Vizinhaça, EIV, do empreendimento Edifício Villago, da Pieris Empreendimentos Imobiliários Ltda, estando presente o autor do estudo, engenheiro civil e ambiental Ricardo Canal Coelho; localizado na Rua Irmã Crucifixo, Vila Major Cicero de Carvalho, cadastro municipal 078.096.299.00, na zona de uso ZRM, Zona Residencial de Uso Misto, conforme mapa PD-19 - Zoneamento, Uso e Ocupação do Plano Diretor, para a implantação de empreendimento do tipo edifício residencial multifamiliar, ou R 2.2. – unidades residenciais agrupadas verticalmente em uma única edificação, composto por pavimento de pilotis para estacionamento e acesso principal, mais 5 pavimentos, e 20 apartamentos; foi esclarecido que o EIV foi reenviado com o projeto alterado; foi considerado que o recuo não atende a fórmula  $R=3+(h/12 \times 0,5)$  onde estão localizados terraços, tendo sido esse assunto remetido à discussão da Câmara Técnica de Legislação Urbanística, CTLU, e por ter sido questionado os terraços área edificada ou não, e considerado caso omissa na tabela de Saliência do Código de Obras; Telma perguntou porque foi solicitado EIV do empreendimento se a população deverá ser de 60 a 80 habitantes, não chegando a 100 ocupantes, conforme inciso IX do artigo 274, mas foi considerado que o condomínio terá área edificada de 1.323,74 m², portanto acima de 1.200 m², e conforme Resolução 03/2021 deste conselho, empreendimentos com CNAE 81.12-05.00, ou condomínios prediais, são classificados de alto risco, sendo portanto necessário o EIV completo; foi questionada a exigência de ETE compacta feita na certidão do SAAEB, e explicado que a Prefeitura não executa infraestrutura para o empreendedor, mas autoriza o pagamento para a sua execução, no entanto essa certidão não deixou claro se tem que ser executada a ETE, ou se deverá ser pago ao SAAEB pela sobrecarga no sistema de esgoto; por fim foi solicitado seja esclarecido no EIV qual será a opção, e também seja realizada uma reunião entre o SAAEB e o CMSA para que seja melhor esclarecido essas exigências; foi solicitado a indicação em planta dos níveis do hall do elevador e calçada, para esclarecer a rota acessível; no item 3.4, quanto à permeabilidade, não foi indicada a permeabilidade proporcional do piso drenante, considerando a capacidade drenante deste tipo de revestimento, e foi observado que existe divergência entre as informações da página 18, e as tabelas 1, 2 e 3,,

inclusive o texto, para que fiquem compatíveis; no item 5.5.2 foi solicitado a indicação da posição das lixeiras em planta; no item 3.6.1, que trata da contenção da água da chuva, em atendimento à certidão do SAAEB, foi considerado que este órgão não pode exigir a execução do tanque de contenção, mas recomendar o reuso da água; e quanto ao tanque de contenção de 15.000 litros, foi questionado qual lei foi seguida, sendo informado que foi a lei municipal, no entanto foi considerado que essa lei deverá ser objeto de alteração, a ser apresentada ao executivo; no quadro 14 foi solicitada a inclusão de qual solução referente aos efluentes sanitários será adotada na fase de operação, condicionada ao melhor esclarecimento da certidão do SAAEB; no quadro 17 foi solicitado a inclusão do reuso da água como medida mitigatória de gastos de recursos naturais, em atendimento à LC 135/2021 e à certidão do SAAEB; por fim o EIV foi pré aprovado, mediante correção da certidão do SAAEB, ou apresentação de parecer quanto às exigências para efluentes líquidos, correção das tabelas 1, 2 e 3 que tratam da permeabilidade, e esclarecimento à definição de saliências, a ser definida pela CTLU, e possível adequação do projeto. A seguir passou a ser discutido o EIV da empresa Comfrio Soluções Logísticas SA – BBD II, de autoria da M & N Consultoria Ambiental Ltda – ME, localizada na Rua Barretos, 332, no Jardim Talarico, CNPJ 01.413.969/0002-38, para a atividade principal de CNAE 5211-7/01, armazéns gerais - emissão de warrant, como S3.5.19, portanto de alto risco, apesar da área do empreendimento não ter sido indicada; além das atividades secundárias de CNAE 49.30-2/02 - transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, ou S3.5.4, 68.10-2/02 – aluguel de imóveis, ou S2.1.3, e 49.30-2/01 – transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, ou S3.5.4, classificadas em de alto risco conforme resolução COMDEMA Nº 03/2021, exceto a atividade S2.1.3; uso conforme na zona de uso ZIS, zona de uso industrial e de serviços; foi observado que o estudo não segue o roteiro básico para elaboração de EIV, conforme Resolução COMDEMA nº 03/2021; cita os volumes de armazenagem das câmaras, antecâmaras e túneis, mas não cita as áreas edificadas, livre, permeável e atividade ao ar livre; cita a atividade principal, mas não cita as atividades secundárias; não cita de forma clara como são as instalações frigoríficas; na tabela 01 do item 4, não informa porque não foram citadas as câmaras 9 e 10; no item 4 cita o reservatório de gás, mas não informa o tipo de gás utilizado, volume, local e forma de estocagem; não relaciona equipamentos, local da sala de máquinas, posição de evaporadores, e quanto ao degelo da água não informa se a mesma é tratada, considerando que para esse uso a água arrasta amônia; todas as citações da LC nº 43/2006 deverão ser adequadas à LC nº 117/2017, considerando que a primeira foi revogada; na página 19 deve ser corrigida a confrontação do município, que não faz divisa com Jaboticabal; na página 20 deve ser atualizado o nome do parque Sinésio Junqueira Franco, apesar de citado no site da Wikipédia; o item 6.5.1 não cita a zona de uso onde se situa a empresa; no item 6.5.5 deve ser retirado Paraíso, pois não faz divisa com o município; no item 6.5.6.4 deve ser atualizada o nome do aterro onde o resíduo da cidade é destinado; o item 7.2.1.1 informa que a medição de ruído foi feita por dosímetro, por um período de 19 horas, devendo as medições serem feitas no entorno da empresa, no período diurno e noturno, e apresentação da média por período, conforme metodologia da NBR 10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, e norma L11033 da Cetesb, assim como indicar o aparelho utilizado e sua calibração; foi sugerido a medição de ruído sem a movimentação de veículos da empresa, para avaliar ruído de fundo; o estudo não cita o acidente ocorrido na empresa, no ano de 2000, devendo serem citadas as medidas mitigadoras nos casos de incêndio, explosão e dispersão de amônia; o estudo cita a movimentação na empresa de 20 veículos no período diurno e 70 veículos no período noturno, e observado que, considerando a data que o estudo foi elaborado, poderá não estar representando o atual volume de veículos, devendo ser apresentado estudo de tráfego do entorno da empresa; e ainda feitas as seguintes solicitações: apresentação de outorga do poço do DAEE; indicação da posição do gerador dentro do imóvel, e a quantidade de diesel armazenada; apresentação da dispensa de licença da Cetesb; apresentar a ART do responsável pelo estudo; por fim o EIV não foi aprovado, devendo ser reapresentado com as solicitações citadas. A seguir passou a ser discutido o EIV da empresa Solfarma

105 Comércio de Produtos Farmacêuticos SA, de autoria da AMP Projetos e Consultoria Ltda,  
106 estando presentes as engenheiras civis Angela M. M. do Prado Brunelli e Nair V. Antunes de  
107 Quadros; CNPJ 46.054.219/0001/74, para a atividade principal de CNAE 46.44-3/01 -  
108 comércio atacadista de medicamentos e drogas de humanos, ou C3.2.1, classificada de alto  
109 risco, conforme Resolução COMDEMA nº 03/2021, não sendo informadas as atividades  
110 secundárias; uso conforme na zona de uso ZIS, zona de uso industrial e de serviços, conforme  
111 mapa PD19 da LC nº 122/2017; localizada na Av. Belmiro Dias Baptista, 778, Distrito  
112 Industrial I, matrícula 34.853, área o imóvel de 40.515,10 m², e área edificada de 7.360,00 m²,  
113 cadastro municipal 100.147.001.00; foram solicitadas as seguintes correções: o item 1.12. não  
114 informa o número predial e as atividades secundárias; os itens 1.4.2 e 1.4.4 citam somente a  
115 atividade principal e não explica porque não foram citadas as atividades secundárias, que  
116 somam mais 24 atividades; no item 1.9.1 os resíduos gerados foram classificados somente  
117 como do grupo B, mas não inclui o grupo D, que podem ser equiparados aos resíduos  
118 domiciliares; no item 2.3, a figura 23 deve ser associada às figuras 28 a 37; nas tabelas 7 e 8 foi  
119 questionada a falta de informação na primeira coluna, mas esclarecido que não existe, devendo  
120 ser apresentada nova formatação para essas tabelas; o item 2.6.1, página 47, informa que as  
121 ruas Carlos Zúgaro e José Pedro dos Santos a categoria destas vias deve ser corrigida para  
122 coletora secundária; nos itens 3.7.1 e 1.8.2 não foi informado se o poço possui outorga do  
123 DAEE, mas caso não possua, deverá ser colocada a medida corretiva para que a empresa se  
124 comprometa a apresentar a outorga; no item 3.7.3, foi considerado que apesar da grande  
125 disponibilidade de área permeável no imóvel, deverá ser indicada a medida preventiva para  
126 execução de tanque de detenção, em atendimento à lei estadual 12.526/2007, e em atendimento  
127 à LC 135/2021, indicada a medida mitigadora de reuso da água; no item 3.7.4 deve ser  
128 esclarecido que os únicos resíduos da atividade são somente da atividade de comércio de  
129 medicamentos, e os equiparados aos resíduos domiciliares; no item 3.8 indicar o equipamento  
130 de saúde do Jardim de Lúcia; no item 3.9.2 esclarecer que os ruídos da rodovia não se  
131 sobrepõem aos ruídos da Av. Belmiro D. Batista; no item 4.1.3 indicar como medida  
132 mitigadora a execução do tanque de retenção da água pluvial e o reuso da água; por fim o EIV  
133 não foi aprovado e deverá ser reapresentado com as solicitações indicadas. Telma informou  
134 que neste período houve reuniões por vídeo conferência do Comitê da Bacia Hidrográfica do  
135 Baixo Pardo Grande, e da Câmara Técnica de Planejamento deste comitê, para tratar os  
136 seguintes assuntos: renovação dos representantes no comitê e câmaras técnicas e aprovação da  
137 nova diretoria, aprovação do plano de aplicação dos recursos da cobrança pelo uso da água,  
138 apresentação da minuta do Plano de Comunicação, pré análise dos projetos protocolados para  
139 empreendimentos, curso de capacitação oferecido pela ANA, Agência Nacional das Águas,  
140 curso de gerenciamento de recursos hídricos oferecido pela SIMA, Secretaria de Infraestrutura  
141 e Meio Ambiente. As análises dos EIVs ficaram suspensas, considerando o horário, devendo  
142 ser marca outra reunião em 15 dias, e Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da  
143 palavra, e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença  
144 de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo  
145 presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia seis do mês de maio do ano de  
146 dois mil e vinte e um.

**Angela Maria Macuco do Prado Brunelli**  
Presidente em Exercício do COMDEMA

**Telma Alves Magro**  
Secretária